



Refinanciamento de dívidas de clubes de futebol vai a sanção

Moreira Manz/Agência Senado



Renan Calheiros (C) preside a sessão em que os senadores aprovaram texto que moderniza a gestão dos clubes de futebol com responsabilidade fiscal

Pagamento em dia de salários e limites nos mandatos de dirigentes estão entre as exigências para ter acesso aos benefícios do programa

O Senado aprovou ontem a medida provisória que permite aos times o parcelamento em até 240 meses de dívidas fiscais e trabalhistas, além de estabelecer princípios e práticas de responsabilidade financeira e de gestão transparente. Entre as exigências para participar do programa, estão o pagamento em dia de salários e limitação nos mandatos de dirigentes a quatro anos e uma reeleição. O texto ainda cria duas loterias que vão arrecadar recursos para os clubes. **3**

Reforma política pode ser votada hoje em Plenário

Mais cinco projetos de reforma política foram aprovados ontem pela comissão temporária que analisa o tema e, com regime de urgência, já podem ser examinados em Plenário. As propostas tratam de assuntos como pesquisas eleitorais e criação de federações de partidos. **6**

Gastos com passagens estão disponíveis na web

Neste mês o Senado passou a informar no Portal da Transparência os valores pagos por passagens aéreas — as emitidas pelo Senado e as compradas pelo parlamentar para ressarcimento. Segundo relatório, um terço das informações solicitadas no último ano ficaram disponíveis no primeiro semestre. **2**

Portadores de esclerose criticam burocracia

Em debate na Comissão de Direitos Humanos, pacientes com esclerose lateral amiotrófica apontaram problemas no acesso ao tratamento pelo SUS e para conseguir aposen-

taria por invalidez. A doença, que atinge cerca de 15 mil pessoas no Brasil, danifica células nervosas do cérebro e da medula. Não há cura e o diagnóstico é difícil. **8**

Gerardo Menezes/Agência Senado



O senador João Capiberibe (C) coordena a audiência pública sobre esclerose lateral amiotrófica



Gilmar Gomes/Prefeitura de Bento Gonçalves

Colheita de uva no Rio Grande do Sul: texto protege o agricultor e a saúde do consumidor

Receita para menos agrotóxicos à mesa

Aprovada em maio pelo Senado, a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos de Baixa Periculosidade pode tirar o Brasil da condição de um dos maiores

consumidores de agrotóxicos do mundo. O texto prevê estímulo governamental ao uso de defensivos agrícolas naturais e já há conhecimento para isso. **4 e 5**

Collor destaca ECA, que faz 25 anos, como um dos avanços de seu governo **7**

Comissão estuda punir prefeito que prejudicar segurança de voo **8**

JOVEM APRENDIZ

Cidadania se aprende no trabalho

O Senado Federal implementou o Programa Jovem Aprendiz, uma iniciativa que visa inserir no mercado de trabalho jovens de baixa renda, com idade entre 14 e 17 anos, matriculados na rede pública de ensino. O primeiro emprego desses estudantes é oferecido mediante o pagamento de salário mínimo, vale-transporte, vale-refeição, FGTS e contribuição previdenciária, com jornada de 4 horas diárias.





Portal da Transparência viabiliza mais clareza, permitindo o máximo de agilidade e o mínimo de cliques possível

Por transparência, Senado publica dados na internet

Entre as informações disponíveis em relatório do Serviço de Informação ao Cidadão, sem necessidade de pedido prévio, estão gastos com passagens aéreas de parlamentares e servidores da Casa



SEGUNDO O RELATÓRIO anual sobre a aplicação da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), publicado pelo Serviço de Informação ao Cidadão do Senado, que teve a terceira edição no início de junho, um terço das informações solicitadas à instituição no último ano já estavam completamente disponíveis no Portal da Transparência.

Em processo constante de aperfeiçoamento, o portal viabiliza cada vez mais clareza e prontidão nos dados, com o máximo de agilidade e o mínimo de cliques possível.

Como exemplo, estão as informações sobre viagens ofi-

ciais realizadas por senadores e servidores. Desde 2013, já eram publicados no portal os gastos com diárias e, desde o início de julho, o Senado passou a disponibilizar, também, os valores gastos com passagens aéreas — as emitidas pelo Senado e as compradas pelo parlamentar para posterior ressarcimento.

A publicação dessas e de outras informações, como gastos com horas extras, relação de pensionistas e o valor das pensões, auxílio-moradia e imóvel funcional, são resultado de permanente trabalho do Senado para aperfeiçoar a transparência ativa.

A partir das solicitações de informações encaminhadas por cidadãos e por jornalistas, e de recomendações feitas pelo Conselho

de Transparência e Controle Social, diversos setores da Casa têm empenhado esforços para desenvolver sistemas e oferecer informação de forma clara, acessível e transparente no site, possibilitando uma maior participação popular e controle social.

Reconhecimento

Nos três anos de vigência da Lei de Acesso à Informação, o Senado registrou 3.172 pedidos de informação com base na legislação.

O padrão de excelência no atendimento ao cidadão e na divulgação em informações públicas foi reconhecido pela Fundação Getúlio Vargas, que concedeu ao Senado a nota máxima em transparência entre os órgãos do Poder Legislativo auditados.

Programa reduz custo com contratações

Lançado há quase dois meses, o Programa de Formação Gerencial (PFG) do Senado representa mais que a possibilidade de capacitação dos gestores da Casa. Atuando como docentes, servidores compartilham habilidades técnicas e intelectuais com colegas. A troca tem impacto expressivo na redução de

custos. Ao utilizar professores do próprio quadro e oferecer treinamento no âmbito interno, há economia com contratações externas.

De acordo com dados do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Secretaria de Gestão de Pessoas, o custo do primeiro ciclo de formação gerencial será de R\$ 187.790. Caso o

montante seja dividido pelo número de participantes (292 chefes de serviço), o valor individual para cada participante será de R\$ 643, quantitativo considerado muito menor do que o cobrado em instituições do DF. Os números mostram ainda que o treinamento individual com contratação externa custaria R\$ 26,3 mil.

Economia com o Programa de Formação Gerencial

Curso	Valor de mercado	Valor pelo PFG
Projeto básico e termo de referência	R\$ 2.190	R\$ 73,76
Gestão de contratos	R\$ 2.190	R\$ 147,51
Gestão de contratos em pesquisa de preços	R\$ 2.490	R\$ 5,51
Gestão e liderança	R\$ 8.500	R\$ 126,44
Desenvolvimento de equipes	R\$ 2.500	R\$ 5,51
Avaliação de desempenho por competências	R\$ 1.500	R\$ 126,44
Capacitação em processos	R\$ 650	R\$ 11,02
Gestão da informação	R\$ 3.300	R\$ 126,44
Excelência no atendimento	R\$ 2.100	R\$ 11,02
Painel 1: conceito e prevenção de assédio sexual, moral e quaisquer práticas de violência ou discriminatórias de gênero, orientação sexual ou etnia	R\$ 300	R\$ 3,16
Painel 2: gestão do conhecimento	R\$ 300	R\$ 3,16
Painel 3: gestão de pessoas	R\$ 300	R\$ 3,16
Custo total por participante	R\$ 26.320	R\$ 643,12

Custo do treinamento com contratação externa por pessoa: R\$ 26.320,00

Custo do treinamento in company no PFG por pessoa: R\$ 643,12

Crivella quer fim de autorização de planos para internação

Marcelo Crivella (PRB-RJ), apresentou projeto de lei que penaliza hospitais que exigirem prévia autorização de planos de saúde para internação de beneficiário ou realização de consultas e exames. Os



responsáveis poderão ser punidos com detenção de três meses a um ano, além de multa. Em caso de lesão grave, a pena é aumentada pela metade. Se falecer, a pena poderá ser triplicada, explicou o senador.

Ana Amélia cobra critérios para vagas em cursos de medicina

Ana Amélia (PP-RS) pediu ao Ministério da Educação mais transparência e clareza nos critérios para a escolha das universidades que poderão abrir novas vagas para os cursos de medicina.

— Como é que o governo vai conseguir oferecer 11.447

novas vagas de cursos de medicina até 2018 se os critérios básicos de seleção destas instituições não são claros? Vou solicitar informações para que o MEC esclareça como têm sido apresentados esses editais e quais os critérios de seleção — disse a senadora.

Fernando Bezerra registra sucesso de feira de artesanato

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) registrou a 16ª edição da Feira Nacional de Negócios do Artesanato, encerrada domingo em Olinda (PE). Ele saudou os artesãos e registrou o esforço do ex-governador de Pernam-



buco, Eduardo Campos, para consolidar o artesanato como atrativo turístico e econômico do estado. — É a economia da cultura, beneficiando artistas e ajudando a manter uma tradição secular.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CPI DO CARF** **Requerimentos**
9h A CPI do Carf aprecia requerimentos.
- CAE** **Luís Adams e Nelson Barbosa**
9h Sabatina para a CVM. Às 10h, audiência com o advogado-geral da União e com o ministro do Planejamento.
- CCT** **Tecnologias de informação**
9h Audiência sobre obstáculos ao desenvolvimento de tecnologias de informação.
- CMA** **Cerrado**
9h30 Na pauta, projeto que institui política de desenvolvimento do Cerrado.
- PRESIDÊNCIA** **Audiências**
10h Audiência com Dilma Rousseff e, às 11h30, com Eduardo Cunha. Às 12h, reunião de líderes e, às 16h, ordem do dia. Às 18h30, recebe o governador do Rio.
- CDH** **Saúde e terceirização**
10h Audiência interativa para debater saúde e terceirização.

- CMO** **LDO 2016**
10h Pode ser votado o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.
- CPI DA CBF** **Eleição**
14h Eleição do presidente e do vice.
- VIOLÊNCIA CONTRA MULHER** **Plano**
14h Comissão analisa plano de trabalho.
- PLENÁRIO** **Sessão deliberativa**
14h Análise do PLS 199/2015, com urgência, sobre a criação de municípios.
- CCA** **Reforma de legislação**
14h30 A Comissão Mista de Inteligência faz audiência sobre a reforma da legislação brasileira relacionada ao tema.
- REFORMA POLÍTICA** **Relatório**
14h30 A comissão examina sugestões do relator.
- CRE** **Sabatina**
14h30 A comissão sabatina embaixadores para Iraque e China e Mongólia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Plenário votou ontem MP do Futebol, que moderniza práticas de gestão dos times, que devem ter responsabilidade fiscal, e cria 2 loterias cujos recursos ajudarão em programas de iniciação esportiva

Aprovado refinanciamento de dívidas do futebol

Segue para sanção MP que facilita parcelamento de débitos dos clubes que se comprometerem a, entre outras ações, pagar salários em dia e limitar mandato de dirigentes

O PLENÁRIO APROVOU ontem a MP do Futebol, que refinancia as dívidas fiscais e trabalhistas dos times (MP 671/2015). Ela impõe exigências de gestão e responsabilidade fiscal que os clubes devem cumprir se quiserem participar do programa de refinanciamento. Também cria novas loterias, cuja arrecadação será revertida para programas de iniciação esportiva e para o futebol feminino.

Como o texto original da medida provisória sofreu mudanças no Congresso, a versão aprovada pelo Senado ainda precisa ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

O parcelamento facilitado é feito pelo Programa de Modernização do Futebol Brasileiro (Profut), ao qual os interessados devem aderir. A partir daí, os clubes poderão dividir os débitos em até 240 parcelas de, no mínimo, R\$ 3 mil, contando com redução de 70% das multas, de 40% dos juros e de 100% dos encargos legais. As primeiras 60 parcelas

poderão ser reduzidas em até 50%, mas esse desconto deverá ser coberto posteriormente. Os clubes se comprometem a reduzir o déficit para 10% da receita anual a partir de 2017 e para 5% a partir de 2019.

A permanência no Profut é condicionada ao cumprimento de uma série de práticas de gestão e responsabilidade fiscal. Os clubes não poderão mais antecipar

receitas, como os direitos de televisão, previstas para depois do término da gestão vigente (exceto um limite de 30% para reduzir a dívida), e deverão limitar gastos com folha de pagamento de atletas a 80% dos rendimentos. Também deverão pagar salários em dia, limitar o mandato presidencial (quatro anos e uma reeleição), regularizar obrigações trabalhistas e tributárias e manter

um conselho fiscal autônomo.

Os dirigentes dos clubes passam a ficar passíveis de responsabilização individual por atos de gestão temerária. As penas são o afastamento do cargo e a inelegibilidade na agremiação por até dez anos, além da possibilidade de responder solidariamente por atos irregulares praticados em gestões anteriores.

O cumprimento das respon-

sabilidades será fiscalizado por um novo órgão: a Autoridade Pública de Governança do Futebol, criada no Ministério do Esporte. Ela terá a prerrogativa de comunicar à Receita eventuais descumprimentos que impliquem rescisão do refinanciamento, e de receber denúncias sobre má prática de gestão.

As federações estaduais e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) também são alvo da MP, que fixa para elas regras de transparência semelhantes às dos clubes do Profut. As entidades organizadoras de competições ficam obrigadas a punir com rebaixamento os times que não cumprirem regularmente com as obrigações trabalhistas e tributárias.

Outra mudança diz respeito às eleições internas para a presidência. A proposta expande o colégio eleitoral, incluindo todos os clubes das duas primeiras divisões dos respectivos campeonatos estaduais ou, no caso da CBF, do Campeonato Brasileiro.

Clubes receberão verba de 2 novas loterias

A MP cria também duas loterias para angariar recursos para os clubes, além da já existente Timemania. As premiações de todas as três serão isentas de Imposto de Renda e a exploração poderá ser da iniciativa privada.

A loteria instantânea (raspadinha) Lotex beneficiará os times de futebol que aderirem e concordarem quanto ao uso de suas marcas e símbolos. Os clubes, inclusive os de

outros esportes, poderão atuar como agentes lotéricos. Do total da arrecadação, 10% serão destinados a projetos de iniciação esportiva escolar do Ministério do Esporte e 2,7%, aos clubes.

Já a loteria por cota fixa será uma espécie de bolsa de apostas sobre os resultados de quaisquer esportes. Do total arrecadado, 7% serão revertidos para projetos do ministério. Os clubes rece-

berão 3% e deverão investir na formação de atletas e no futebol feminino e subsidiar ingressos a preços baixos. A loteria poderá ser administrada pela Caixa e por empresas.

Os recursos destinados ao ministério deverão ser aplicados em projetos para as modalidades olímpica e paralímpica de escolas públicas ou privadas de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano.

Líderes divergem sobre desoneração de folha

O projeto que retira a desoneração da folha de pagamento de 56 setores (PLC 57/2015) provocou debate no Plenário ontem após o presidente do Senado, Renan Calheiros, dizer que a votação não pode ser apressada.

— Nós votarmos hoje [ontem], apressadamente, o projeto como chegou da Câmara vai agravar esse quadro já bastante grave da economia.

Os deputados mantiveram a redução da desoneração, que faz parte do ajuste fiscal do governo, para quatro setores: empresas de telecomunicações, transporte, call center e calçados. A estimativa do Planalto é aumentar a arrecadação em R\$ 1 bilhão por mês.

O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), propôs que a Casa aprove o texto como veio da Câmara, antes do recesso, e o governo

elaboraria medida provisória com possíveis alterações. Outra opção seria aprovar a medida e criar comissão especial para discutir outro texto em 45 dias. Delcídio obteve apoio do líder do PT, Humberto Costa (PE).

Porém, a sugestão gerou protestos na oposição. O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), disse que o partido é contra a votação de maneira apressada: — Nós vamos trabalhar, se não for para contemplar igualmente os setores, para que o texto caduque ou seja derrubado aqui no Congresso.

Líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB) disse que o partido não apressará a votação:

— Gera um ambiente de instabilidade e de incerteza para as empresas, que planejaram com base na desoneração.

Lindbergh Farias (PT-RJ) advertiu para o risco de passar à população a ideia de que o

ajuste é só para os mais pobres, já que o Senado aprovou outras medidas antes. Fernando Bezerra (PSB-PE) ponderou:

— Acho que este ambiente ainda de dúvidas e de agravamento do nível de emprego recomenda que esta Casa possa fazer uma leitura mais aprofundada que a da Câmara.

Para José Agripino (DEM-RN), o problema do governo é falta de credibilidade, reforçada com a decisão de retirar as desonerações.

— Vamos desestimular investimentos e provocar mais perda de arrecadação por falta de investimento e inércia na retomada do crescimento. Esse mal, nós, democratas, não faremos ao país.

Por sugestão de Delcídio e Walter Pinheiro (PT-BA), os líderes devem se reunir hoje de manhã para que durante as votações já haja um acordo.

Jucá quer reduzir superávit primário para 2015 e 2016

Romero Jucá (PMDB-RR), que relatou o Orçamento de 2015, propôs duas emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 (PLN 1/15) para alterar as metas de superávit primário deste ano e do próximo. A primeira emenda reduz a meta de 2015 de R\$ 66,32 bilhões (1,2% do PIB) para R\$ 22,1 bilhões (0,4%).

Segundo ele, o esforço fiscal atual do governo é incompatível com a capacidade econômica do setor público e da economia do país.

Os valores já estão descontados dos R\$ 28,7 bilhões gastos com obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Considerada apenas a meta dos orçamentos federais, a redução foi de R\$ 35,27 bilhões. A meta para estados e municípios iria de R\$ 11

bilhões para R\$ 2,11 bilhões.

No entanto, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, ao contrário do que pretende a emenda de Jucá, disse ontem que manter a meta de economia para pagamento de juros da dívida pública deste ano é uma "hipótese factível".

A segunda emenda de Jucá quer reduzir pela metade o superávit primário para 2016. O percentual sairia de 2% do PIB para o conjunto do setor público, ou R\$ 126,73 bilhões, para 1% (R\$ 63,36 bilhões). Para o governo federal, a meta cairia de 1,65% para 0,83% do PIB. Estados e municípios teriam de alcançar menos da metade do proposto atualmente.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) pode votar a LDO hoje.

(Da Agência Câmara)

Brasil pode ser pioneiro em defensivos agrícolas naturais

Conciliar produção agrícola, respeito ao meio ambiente e proteção da saúde do consumidor é um dos maiores desafios da atualidade. Projeto aprovado pelo Senado pretende estimular a pesquisa de agrotóxicos de baixa periculosidade e naturais para oferecer uma alternativa viável em um futuro próximo

Joseana Paganine

UM DOS PRINCIPAIS produtores agrícolas do mundo, o Brasil é também um dos maiores consumidores de agrotóxicos. A maioria dos defensivos utilizados nas plantações do país é classificada como “medianamente tóxico” (64,1%) ou “altamente tóxico” (27,7%) pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Diante desse quadro, o projeto que cria a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos de Baixa Periculosidade (PLS 679/2011), aprovado em maio pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), traz esperança para quem deseja ter à mesa alimentos mais saudáveis. Atualmente há somente duas opções: fazer a própria horta, tarefa complicada para quem vive em áreas urbanas, ou comprar produtos orgânicos, que ainda são caros e, por isso, acessíveis a poucos.

O texto prevê o estímulo, por parte do poder público, a pesquisas que resultem em agrotóxicos de baixa periculosidade, sejam naturais ou sintéticos, utilizando recursos dos Fundos Nacionais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do Meio Ambiente. Para virar lei, a proposta, de autoria da ex-senadora Ana Rita, precisa ainda ser analisada pela Câmara.

Para o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Marcelo Morandi, a proposta do Senado é viável e oportuna. Ele afirma que o Brasil já tem

conhecimento e tecnologia para ampliar o desenvolvimento de produtos de baixa periculosidade ou naturais, mas faltam, justamente, políticas públicas para colocá-los em prática.

— Somos líderes no desenvolvimento de tecnologias para a agricultura tropical e possuímos conhecimento e estrutura para despontar no cenário mundial como um grande inovador no desenvolvimento de produtos biológicos, especialmente por sua riqueza em biodiversidade — afirmou Morandi.

O mercado brasileiro de defensivos agrícolas naturais tem crescido nos últimos anos. Em 2011, existiam 1.352 agrotóxicos químicos registrados no Brasil e somente 26 produtos à base de agentes de controle biológico ou biocontrole. Em 2013, já havia registro de 50 produtos para uso em agricultura orgânica e convencional. Nos últimos dois anos, o número de solicitações de registros de produtos biológicos continuou aumentando, o que indica, na avaliação de Morandi, mais interesse por esse tipo de defensivo.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), relatora da proposta, ressaltou que o clima tropical predominante no Brasil, com sol e chuvas abundantes, permite colher até três safras por ano, dependendo da cultura, o que não acontece nos países de clima majoritariamente temperado e frio, como os Estados Unidos. Por outro lado, o ambiente tropical também aumenta a incidência de pragas.



Ana Amélia espera que empresas se interessem por defensivo natural

— Precisamos dar ao agricultor a garantia de que ele vai colher e não vai ter sua produção consumida pela lagarta e pelo gafanhoto e, ao mesmo tempo, precisamos proteger o meio ambiente e a saúde das pessoas. Então, esse projeto veio em boa hora, porque cria a política de controle biológico, para que usemos a própria natureza para criar defensivos que combatam essas pragas. Tomara que a indústria brasileira se capacite para isso, porque nossa biodiversidade é extraordinária.

Obstáculos

Apesar das perspectivas promissoras, há obstáculos a serem enfrentados de ordem técnica e cultural até que os defensivos naturais assumam espaço significativo no mercado de agrotóxicos e na produção agrícola brasileira. Segundo Marcelo Morandi, ainda é necessário desenvolver tecnologia para produção e estocagem de agentes de biocontrole em larga escala. É preciso também encontrar empresários interessados em transformar essa tecnologia em um projeto comercial.



Atualmente, existem traços de agrotóxicos em quase todos os alimentos. Para evitar a ingestão, uma das opções do consumidor é comprar produtos orgânicos certificados

A grande diversidade dos biomas brasileiros constitui outro desafio, pois é preciso pesquisar e selecionar o agente de controle biológico adequado para agir na produção agrícola de cada região. Nesse sentido, os incentivos previstos no projeto de lei são de extrema importância, ressalta o pesquisador.

Outra questão a ser considerada é o treinamento para o uso de biopesticidas integrados aos

sistemas de produção. Mas não basta treinar os agricultores e trabalhadores rurais para usar os defensivos naturais. É preciso mudar a cultura que envolve a formação universitária de profissionais em agropecuária. De acordo com Marcelo Morandi, nos últimos 50 anos, o ensino nos cursos de agronomia, engenharia florestal, veterinária e zootecnia é baseado, exclusivamente, em controle químico.

Bactérias, fungos, vermes e pequenos insetos

Defensivos agrícolas naturais agem por controle biológico ou biocontrole, quando se introduz no ambiente um predador, parasita ou microrganismo capaz de matar a praga que ataca a lavoura. Os agrotóxicos sintéticos são produzidos em laboratório, com produtos químicos, e são divididos em quatro classes: pouco tóxicos, medianamente tóxicos, altamente tóxicos e extremamente tóxicos.

Os agentes de biocontrole incluem vírus, bactérias, fungos, nematoides (vermes) e artrópodes (aranha, por exemplo). Morandi conta que a cana-de-açúcar, uma das mais importantes culturas agrícolas do Brasil, é um exemplo do uso de controle biológico em larga escala desde os anos 70. Parasitas fazem o controle de praga broca da cana e um tipo de fungo é aplicado para matar a cigarrinha da cana.

Perguntas e respostas



Lavar retira os agrotóxicos dos alimentos?

Não completamente. A lavagem dos alimentos retira apenas o agrotóxico que está na superfície, e não o que foi absorvido pela planta. Esse, caso ainda não tenha sido degradado pelo próprio metabolismo do vegetal, permanecerá no alimento lavado.



Quais as consequências de ingerir agrotóxicos?

De acordo com os conhecimentos científicos atuais, ingerir valores diários aceitáveis (IDA), que variam para cada tipo de agrotóxico, não causa dano à saúde. Acima disso, as consequências variam de dor de cabeça a câncer, nos casos mais graves de exposição.



O que se pode fazer para ingerir menos agrotóxico?

Optar por alimentos orgânicos e por alimentos da época, que necessitam de menos agrotóxicos. Procure produtos com a origem identificada, pois isso aumenta o comprometimento dos produtores em relação à qualidade dos alimentos.



Água sanitária remove agrotóxicos dos alimentos?

Não se tem conhecimento de estudos científicos que comprovem eficácia da água sanitária ou do cloro na remoção de resíduos de agrotóxicos nos alimentos. Soluções de hipoclorito de sódio (água sanitária ou solução de Milton) apenas matam os micróbios.

Trabalhadores rurais são os mais prejudicados

Trabalhadores rurais e pessoas que moram em zonas agrícolas são os maiores prejudicados pelo uso de agrotóxico na agricultura. No Brasil, em 2013, foram registrados 13 mil casos de intoxicação aguda por defensivos agrícolas, conforme dados do Ministério da Saúde. No mundo, cerca de 220 mil pessoas morrem por ano envenenadas por agrotóxico, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

E o número pode estar subestimado, porque nem sempre os sintomas são reconhecidos como decorrência de contato com agrotóxico. Os sintomas variam de irritação dos olhos e pele, coceira, cólicas, vômitos e diarreias até dificuldades respiratórias e convulsões. Entre os efeitos mais graves, estão infertilidade, impotência, abortos, malformações, desregulação hormonal, danos ao sistema imunológico e câncer.

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) lançou este ano o dossiê *Um Alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde*. Entre os casos relatados pelo

documento, está o de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, cidade circundada por plantações de soja, milho, algodão, arroz e sorgo. Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso com 62 mulheres em amamentação mostrou que todas apresentavam, pelo menos, um tipo de agrotóxico em seu leite. Em 2010, Lucas do Rio Verde consumiu 136 litros de agrotóxico por habitante, enquanto a média brasileira foi de 5,2 litros por habitante.

Grande parte da contaminação das populações vizinhas às grandes plantações se dá por meio da água ou do vento. As pulverizações de agrotóxicos feitas por aviões atingem grandes áreas e põem em risco a população.

O Instituto Nacional do Câncer (Inca), no Rio de Janeiro, também divulgou este ano documento no qual se posiciona pela redução do uso de agrotóxicos sintéticos na agricultura brasileira e pela adoção de defensivos agrícolas naturais, como prevê o Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos.



Lavoura de milho em Lucas do Rio Verde: níveis alarmantes de contaminação

Faltam opções para os agricultores

Os defensivos de baixa periculosidade ou naturais serão bem recebidos pelos agricultores. É o que garante o consultor em Tecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Reginaldo Minaré. Para ele, do ponto de vista do agricultor, qualquer substância mais suave é bem-vinda, desde que haja suporte técnico e viabilidade financeira.

Minaré defende que o produtor é apenas usuário do que a indústria de agrotóxico coloca no mercado. E o impacto dos defensivos na cesta de produção do agricultor não é pequeno, de 10% a 18%, dependendo do tipo de cultura agrícola e de praga. Para ele, o produtor não usa defensivos menos agressivos hoje por falta de opção.

— É possível produzir sem agrotóxico? Desconhecemos. Milho e soja em larga escala precisam de defensivos. Ainda não temos opção, por exemplo, para a ferrugem da soja — ponderou.

Registro

Segundo o consultor, hoje os tipos de defensivos à disposição no mercado para uso na agricultura são poucos, sobretudo para as pequenas culturas. Quem mais sofre são os produtores de frutas e hortaliças, sem opções de agrotóxicos apropriados.

Relatório do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos — com o qual a Anvisa avalia os níveis de resíduos de agrotóxicos nos alimentos de origem vegetal — aponta que 29% das amostras de frutas e hortaliças analisadas em



Serviço Nacional de Aprendizagem Rural treina trabalhador para aplicar defensivo

2012 estavam com altos níveis de agrotóxico ou contaminadas com defensivos não permitidos para esses alimentos.

— A Anvisa solta o relatório, mas não explica por que isso acontece. O sistema de registro de agrotóxico é moroso. É preciso esperar até sete anos para liberar um novo defensivo.

A vice-presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), Sílvia Fagnani, disse que a morosidade do sistema desestimula o setor, que precisa gastar muito dinheiro em pesquisa para desenvolver defensivos. Segundo o Sindiveg,

para cada novo agrotóxico registrado no mundo em 2010, foram estudadas 150 mil substâncias, ao custo de US\$ 256 milhões.

Segundo ela, existem 28 novas substâncias na fila de aprovação para uso no Brasil.

— Os agricultores brasileiros perdem em competitividade para outros países porque essas substâncias já são usadas em lavouras no exterior.

Para ser concedido o registro, os pedidos precisam ser analisados pela Anvisa, para classificação toxicológica, pelo Ministério da Agricultura, que avalia a eficácia agrônômica, e pelo Ibama, que trata do risco ambiental.

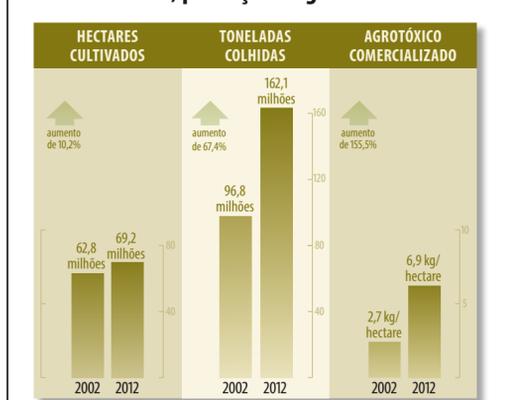
Quem gasta mais

De acordo com estudo da consultoria Kleffmann Group, o Brasil é o 6º colocado em lista que mede o gasto com agrotóxico por tonelada colhida



Fonte: Sindiveg

Terra, produção e agrotóxico



Fonte: IBGE

Saiba mais

Vídeo do Especial Cidadania, com entrevista de Ana Amélia
<http://bit.ly/CidadaniaAgrototoxicos>

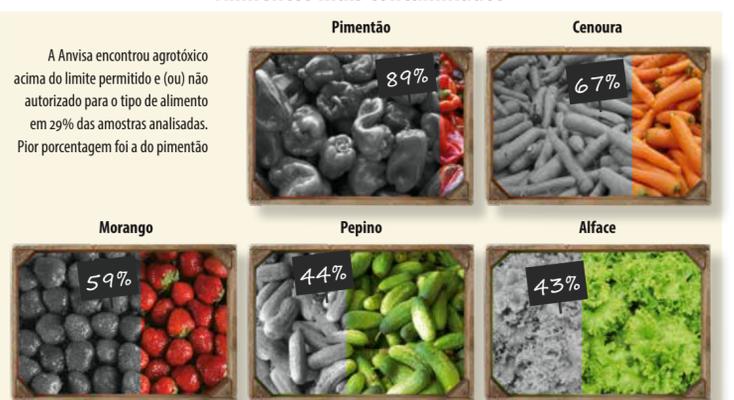
Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)
www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos

Posicionamento do Instituto Nacional do Câncer
<http://bit.ly/IncaAgrototoxicos>

Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Defesa Vegetal
www.sindiveg.org.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Alimentos mais contaminados



Fonte: Anvisa

Fonte: Anvisa

Cinco projetos foram aprovados ontem pela comissão temática. Presidente do colegiado, Viana espera que comece hoje votação das propostas já na pauta da sessão plenária

Reforma política ganha urgência no Plenário

A COMISSÃO DA Reforma Política aprovou ontem cinco projetos, que vão agora para o Plenário em regime de urgência. São propostas que fixam regras para temas como as pesquisas eleitorais e a criação de federações de partidos.

A possibilidade de dois ou mais partidos formarem uma federação é fruto de proposta de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Se o projeto virar lei, as legendas que se unirem dessa forma terão que funcionar como uma só agremiação em eleições nacionais e na atuação parlamentar.

Além disso, os partidos estariam obrigados a permanecer na federação por pelo menos quatro anos. Segundo Valadares, as legendas que formarem uma federação poderão, no futuro e se assim desejarem, se unir em um único partido.

— Sem essa oportunidade, nunca mais vai acabar essa proliferação de partidos. Trata-se de um casamento provisório, que, se der certo, pode se transformar em um partido — explicou Valadares.

Viana: resoluções do TSE geram insegurança

Presidente da Comissão Temporária da Reforma Política, Jorge Viana (PT-AC) afirmou que, nesta semana, seis propostas já devem ser analisadas pelo Plenário. Ele espera que até setembro o Congresso apresente aos brasileiros os resultados desse trabalho e, assim, as novas regras já possam ter vigência nas eleições do próximo ano.

Uma das propostas estabelece que as coligações proporcionais não sejam consideradas para definição das vagas a serem preenchidas pelos partidos que as compõem. Para o senador, é preciso evitar que o Tribunal Superior Eleitoral expeça resoluções que só geram insegurança jurídica.

— Se fizermos a nossa parte, vai caber ao tribunal exclusivamente cumprir a lei.



Ao lado do relator, Romero Jucá (E), Viana preside comissão que analisou temas como federações de partidos e pesquisas

Outra proposta aprovada regulamenta o trabalho dos institutos de pesquisas eleitorais. Segundo o texto, a imprensa fica proibida de divulgar pesquisas ou de contratar serviços de empresas especializadas que prestam ou prestaram serviços, nos últimos 12 meses do ano da eleição, a partidos políticos, candidatos e órgãos públicos do Legislativo e do Executivo.

O presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC), admitiu que esse é um dos temas mais polêmicos da reforma. Por isso, informou, a comi-

são decidiu discutir também uma proposta de emenda à Constituição para disciplinar a divulgação das pesquisas.

— Pesquisa é importante, mas não dá para um instituto de pesquisa contratado por um governo e por um veículo de comunicação divulgar pesquisa em um período eleitoral.

Magistrados

A comissão também aprovou projeto de Fernando Collor (PTB-DF) que trata da inelegibilidade de magistrados e de integrantes do Ministério Público. O texto prevê que

esses profissionais só poderão concorrer às eleições depois de dois anos longe dos cargos. Um dos objetivos, disse Collor, é evitar que juízes ou membros do MP façam uso indevido da função, com vistas a se credenciar às disputas eleitorais.

Os dois outros projetos são sobre o afastamento de agentes públicos eleitos. Uma proposta impõe o efeito suspensivo ao recurso contra sentença de juiz eleitoral que ordene a cassação do diploma de prefeito, vice-prefeito e vereador. Com isso, os eleitos que recorrerem permanecerão nos

cargos até o julgamento pelo Tribunal Regional Eleitoral.

A outra muda a Lei 8.429, de 1992, que trata das punições dos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no mandato. Pelo texto, as autoridades administrativas ou judiciais poderão determinar o afastamento do servidor público se necessário. Nos casos de agentes públicos eleitos, o afastamento, no entanto, deve ser determinado por órgão colegiado, como um tribunal.

Jorge Viana disse que o grupo volta a se reunir hoje para aprofundar as discussões sobre o financiamento das campanhas. Na pauta, uma série de propostas que tratam do tema. Uma delas é a que limita em até 7% do total de gastos de cada candidato as doações das pessoas jurídicas.

A expectativa de Viana é que o Plenário já comece a votar hoje as propostas aprovadas pela comissão. A primeira delas que é a que trata das eleições para vereadores, deputados estaduais e federais.

Lídice quer redução de custo de campanhas

Lídice da Mata (PSB-BA) comentou a atuação da Comissão Temporária da Reforma Política, da qual é membro. Ela frisou que o trabalho deve levar a uma proposta que fortaleça a representatividade e reduza o custo das campanhas eleitorais.

— A reforma política que nós queremos, que o povo deseja e que o país precisa é a que possa fortalecer a participação popular, a crença nos partidos políticos e de diminuição dos gastos de campanha.

Lídice apontou a necessidade de amplo entendimento com a Câmara para que as decisões do Senado não sejam “ignoradas” ao chegarem àquela Casa.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pinheiro destaca papel do pacto federativo

“Precisamos de uma política de desenvolvimento.” Com esse alerta, Walter Pinheiro (PT-BA) reforçou que o novo pacto federativo é essencial para garantir o desenvolvimento regional.

O senador considera fundamental a aprovação da unificação do ICMS e da criação de fundos necessários para compensar os estados que tiverem perdas com a unificação e de desenvolvimento regional.

— Agora, é a gente fazer a nossa parte. Vamos adotar medidas que nos levem a consolidar o caminho do desenvolvimento regional desse país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim questiona mudanças nas taxas de juros

Paulo Paim (PT-RS) criticou as taxas atuais de juros do Brasil: 13,75% ao ano. Ele questionou a estratégia do governo de elevar a taxa de juros dizendo que é uma medida que só prejudica a população e o crescimento do país.

— A taxa de juros no Brasil é uma das mais altas do mundo. Entendo ser fundamental sua redução, pois traria benefícios gerais para o setor produtivo, para o desenvolvimento nacional e para os consumidores, os mais castigados.

Paim afirmou que a decisão sobre taxas de juros não pode ser puramente econômica. Em vez disso, defendeu, é preciso chegar a uma equação política.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Blairo registra mutirão do CNJ em Mato Grosso

Blairo Maggi (PR-MT) registrou a realização de um mutirão do Programa Justiça Comunitária, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso. No último fim de semana, a população de Nossa Senhora do Livramento recebeu juízes para a prestação de serviços como o registro formal de cidadãos que ainda não possuíam documentação.

— Esse é um programa daqueles que revolucionam. Eles levam a esperança a centenas de pessoas que vivem à margem da sociedade por não terem tido a oportunidade de fazer seus documentos.



Moreira Natividade/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Fotos: Woltemir Barreto/Agência Senado



Collor afirma em discurso que o Brasil não vem sendo capaz de proteger integralmente as crianças e, por isso, paga o preço da omissão e da ausência

Redução da maioridade pode agravar a violência, alerta Collor

Em discurso, senador apontou o Estatuto da Criança e do Adolescente entre os avanços do país na época em que foi presidente

A REDUÇÃO DA maioridade penal não vai diminuir a violência, na avaliação de Fernando Collor (PTB-AL). Há exatos 25 anos completados ontem, quando Collor era presidente da República, foi sancionada a Lei 8.069/1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para ele, não é possível acreditar que a violência endêmica que assola o país será exterminada “em um passe de mágica”. A redução da maioridade penal poderia, ao contrário, piorar a situação.

— De muito pouco valerá encarcerá-los. Se misturá-los aos demais, os criminosos se organizarão, se evadirão e atacam mais uma vez com renovado ódio, com redobrada violência e, sobretudo, com aperfeiçoada experiência.

Dados apresentados pelo senador apontam que, apenas em 2014, 32 mil adolescentes de 16 e 17 anos cumpriram medidas socioeducativas no país. Segundo a Fundação Casa, 51% deles não frequentavam a escola e 66% vinham de famílias em situação de extrema pobreza.

Para Collor, assim como os criminosos não se deixam intimidar pela ameaça de penas mais duras, os jovens infratores responderão com a indiferença e talvez com mais violência à mudança. O motivo, disse o senador, é a falta de alternativa — já que muitos são fruto de famílias desestruturadas —, da indiferença, da discriminação e do desprezo. Para ele, é uma deslealdade julgar esses jovens segundo valores que eles não tiveram a oportunidade de aprender.

— E, no entanto, aqui estamos nós a exigir que esses jovens que foram de tudo excluídos, que nunca foram verdadeiramente sujeitos de direitos, que sempre foram marginalizados, se comportem como nós. E exigimos que aceitem nossas leis e exigimos que

respeitem nossas regras — disse.

Collor também apresentou números do *Mapa da Violência*. Segundo os dados, 3.749 jovens de 16 e 17 anos foram mortos por homicídio no Brasil apenas em 2013. Para Collor, muitos deles não veem valor na vida das outras pessoas porque aprenderam que a sua própria vida não vale muito.

Implantação incompleta

O ECA, lembrou o senador, não foi produto do improviso, mas fruto de muitos debates sobre a necessidade de uma mudança de enfoque sobre a infância e a juventude. Para ele, embora tenha sido imitado por vários países do mundo, no Brasil, o estatuto nunca chegou a ser completamente implantado porque os adolescentes de hoje não tiveram, na sua infância, educação e saúde de qualidade, habitação digna e assistência social.

— Não somos capazes de levar plenamente a cabo a proteção integral à criança e pagamos agora o altíssimo preço da omissão e da ausência do Estado — lamentou o senador.

Collor descartou como solução o simples encarceramento de jovens. Apesar de reconhecer que o conjunto de medidas socioeducativas propostas pelo ECA pode ser rediscutido, o senador alertou para o risco de fazer alterações de maneira passional, sem a devida discussão.

Collor lembrou ações instituídas no seu período como presidente da República, como a implantação de Centros Integrados de Atenção à Criança e ao Adolescente (Ciacs), o Programa Minha Gente e a criação do Ministério da Criança para coordenar e integrar as políticas públicas voltadas às crianças brasileiras. Mas essas iniciativas, disse o senador, não tiveram continuidade

nos governos seguintes.

— Tenho certeza de que, se aqueles programas, se aquelas campanhas, se aquela política pública por mim implantada tivesse prosseguido, e com absoluta prioridade, hoje, 25 anos depois, não estaríamos discutindo aqui, no Congresso Nacional e no seio de toda a sociedade comum, a redução da maioridade penal — disse o senador.

Para ele, é preciso que o Brasil faça um pacto para a infância e a juventude. Assim seria possível evitar que, daqui a 25 anos, a situação continue como está.

— Já aprendemos, acredito que todos, que a inação, a negligência e a desídia para com a infância e a juventude nos cobram um preço elevado demais! A hora é de agir — afirmou.

Delinquência juvenil



Fonte: Gabinete do senador Fernando Collor

Há problemas mais graves que a maioridade penal

4º lugar é a posição do Brasil em um ranking da Organização Mundial da Saúde com 99 países sobre mortalidade de jovens entre 15 e 19 anos
13 homicídios para cada 100 mil é a taxa de violência contra jovens registrada no Brasil
Apenas 10 em cada 100 crimes são solucionados pela polícia

Fonte: Gabinete do senador Fernando Collor

Vanessa aponta benefícios do Estatuto da Criança e do Adolescente

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) classificou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como fundamental para o Brasil. Ela citou estatísticas em que o índice de mortalidade de crianças de até 1 ano foi reduzido em 24% nos 25 anos de vigência do estatuto. A senadora mencionou o debate sobre a diminuição da maioridade penal, reconhecendo a revolta da sociedade com o crime, mas contestou o conceito de que há impunidade para menores de 18 anos no Brasil.



— A responsabilização deve ser executada por meio de medidas socioeducativas que estão previstas no ECA e visam ajudar a criança, o adolescente a recomeçar e, principalmente, prepará-lo a uma vida adulta.

Malta chama governo Dilma de golpista por promessas descumpridas

Magno Malta (PR-ES) disse estranhar que o governo acuse a oposição de ser golpista por criticar os equívocos e apontar os erros atribuídos à presidente da República, Dilma Rousseff.



Para o senador, quem pratica o golpe é o governo e a presidente, que, durante a campanha eleitoral, fez diversas promessas que estão sendo descumpridas agora.

— A presidente deu um golpe, estuprou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é golpe ou não? Ela fez “pedalada”, mascarou a economia do país para poder se manter no poder. Está aí o Tribunal de Contas da União dizendo: mentiu, “pedalou”, violou a lei. Isso é golpe ou não é golpe? Ou então eu não sei o que é essa palavra.

Raupp defende política de desmatamento na Amazônia e no Cerrado

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a aprovação de projeto que apresentou este mês instituindo uma política nacional de desmatamento líquido zero da Amazônia Legal e do Cerrado. O senador disse que, apesar de e ter havido queda de 84% no ritmo de desmatamento na Amazônia Legal entre 2004 e 2012, o projeto propõe medidas acessórias para compensar as perdas decorrentes do desmatamento autorizado.



— A Floresta Amazônica e o Cerrado necessitam de medidas protetivas urgentes. Não estou propondo zerar o desmatamento legal, mas que haja uma compensação que seria pelo reflorestamento de áreas degradadas. Seria o desmatamento líquido zero — explicou Raupp.

Portadores de ELA são vítimas da burocracia

Esclerose lateral amiotrófica foi tema de debate na Comissão de Direitos Humanos. Debatedores apontaram como problemas o acesso ao SUS e à aposentaria por invalidez

NO ANO PASSADO, o desafio do balde de gelo — em que artistas e anônimos tomavam um banho de água fria para atrair recursos e atenção para a esclerose lateral amiotrófica (ELA) — ajudou a dar visibilidade à doença, que acarreta paralisia motora progressiva e irreversível.

Ontem, em debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), pacientes relataram dificuldades de acesso aos tratamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e apontaram excessiva burocracia para conseguirem se aposentar por invalidez.

Ainda sem cura e de difícil diagnóstico, a ELA danifica as células nervosas do cérebro e da medula, inclusive os nervos motores, mas não prejudica a cognição. Em estágios avançados, o paciente pode ter paralisia completa. Estima-se que haja atualmente 15 mil portadores de ELA no Brasil.

A doença acomete adultos e, sem tratamento, o doente morre entre 2 e 5 anos após o diagnóstico, em geral, por problemas respiratórios. A primeira dificuldade dos pacientes com esclerose lateral amiotrófica é justamente conseguir o diagnóstico. Os sintomas de Antonio Jorge de Melo apareceram em 2007, mas a doença só foi constatada em 2009, quando ele tinha 48 anos. Melo decidiu lutar para melhorar a qualidade



Vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, Capiberibe (3º à esq.) conduz debate sobre doenças neuromusculares

de vida de pessoas como ele. Hoje, Melo é presidente do Movimento em Defesa dos Direitos da Pessoa com ELA.

— [Pensei]: vou sentar e chorar minhas tragédias ou eu vou tentar fazer alguma coisa para mudar essa triste história dos pacientes de esclerose lateral amiotrófica? Tomei minha decisão e comecei a me envolver no ativismo — contou.

A segunda dificuldade é garantir acesso a benefícios previdenciários. Segundo Melo, muitos peritos desconhecem a doença, o que dificulta o acesso a auxílios e amplia a demora na concessão de aposentadoria por invalidez.

— O segundo drama é conseguir do poder público a compressão de que ele [o doente] precisa de uma aposentadoria digna. O modelo atual é esse: auxílio-doença dificultado,

demora na aposentadoria e os 25% do auxílio [de assistência permanente] são negligenciados — relatou.

Mais eficiência

O diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social, Marco Antonio Pérez, explicou que a pasta trabalha com a Universidade de Brasília (UnB) para criar um meio de avaliação mais eficiente.

— Audiências como essa servem não apenas para o Executivo falar, mas principalmente escutar, levar encaminhamentos e estar aberto a sugestões — disse.

Segundo Sthanley Abdão, representante da Associação Lutando contra a ELA, o acesso aos procedimentos e equipamentos que auxiliam

o paciente a respirar e se alimentar é outro problema enfrentado por essas pessoas.

— Eu não tenho tempo. E os demais pacientes de esclerose lateral amiotrófica não têm tempo de esperar decisões burocráticas para que a gente possa ter uma qualidade de vida melhor — criticou.

Na ELA, em 95% das formas clínicas não se observa a hereditariedade, ou seja, a doença não aparece em mais de um membro da família (essas são chamadas de ELA esporádica). Entretanto, em 5% dos casos, a doença se manifesta em vários membros da família (chamada de ELA familiar).

Em busca da cura para esses casos, Gerson Chadi, do Departamento de Neurologia da USP, encabeça o Projeto ELA Brasil, pesquisa genética com células-tronco que estuda a

forma familiar da doença. Ele disse ser necessário melhorar as investigações clínicas e multidisciplinares.

— O nosso próximo passo é transformar essas células para virem a produzir as moléculas que de fato faltam para o paciente em questão. [...] A limitação maior para o avanço ainda é [a falta de] recursos financeiros — disse.

Projetos

Vice-presidente da CDH, João Capiberibe (PSB-AP) pediu que todas as entidades que lutam pelos pacientes com ELA encaminhem propostas para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. O senador também garantiu apoio ao PL 1.656/2011, da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que busca dar tratamento prioritário no SUS às pessoas acometidas por doenças neuromusculares com paralisia motora.

Outro projeto defendido pelo senador é o PLS 240/2011, de Ana Amélia (PP-RS), que inclui a esclerose lateral amiotrófica entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

— Precisamos de sensibilidade por parte dos poderes decisórios para analisar prazos e leis que autorizem avanços nas pesquisas — disse Capiberibe.

Prefeitos poderão ser punidos por deterioração de aeroportos

A comissão de especialistas que trata da reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica estuda medidas para punir criminalmente autoridades municipais pela omissão ou facilitação do uso desordenado de áreas próximas aos aeroportos, impedindo que sejam ocupadas por atividades conflitantes com a segurança dos voos, como lixões e aterros sanitários, foco natural de atração de aves. Colisões de pássaros e aeronaves podem causar acidentes graves, com elevado risco de queda.

Em reunião ontem, membros da comissão mencionaram a intenção de criar normas diretamente na parte do novo código que será reservada a questões ambientais, como emissões de poluentes e ruídos decorrentes da atividade de aviação. Eles observaram que o código atual não trata de qualquer desses aspectos, diferentemente do que ocorre com congêneres de outros países.

O presidente da comissão, Georges Ferreira, reforçou que a competência originária de legislar sobre o ordenamento urbano e autorizar a ocupação pertence aos municípios, e que “esses, sim, têm dado dor de cabeça”.

— Acho que podemos enquadrar, quando for o caso, a questão da responsabilidade criminal da administração em relação a essa situação — defendeu.

Na opinião do especialista em regulação de aviação civil Doriêdo Luiz dos Prazeres, o papel do município na fiscalização do entorno dos aeroportos precisa ser detalhado na atualização do código. Para ele, a ação de permitir a deterioração de um aeroporto precisa ser enquadrada como crime de improbidade administrativa. Ele lembrou que, normalmente, os aeroportos são construídos em área livre. Depois, o município autoriza a construção de prédios altos ou de matadouros, que acabam atraindo aves, o que pode comprometer a segurança de pousos e decolagens.

— Nosso código precisa prever o papel dos municípios e a responsabilização dos agentes municipais quando estes forem omissos — disse.

A comissão tem até 14 de dezembro para apresentar um anteprojeto de reforma do código, que depois tramitará como projeto no Senado e na Câmara. Sugestões podem ser enviadas para o e-mail: cercba2015@gmail.com.

Duplicação da BR-080 é defendida em debate com autoridades do DF

As bancadas do Distrito Federal e de Goiás devem se entrosar como forma de garantir recursos para a duplicação da BR-080, no trecho que vai de Taguatinga (DF) a Padre Bernardo (GO).

A avaliação é dos participantes de audiência pública sobre a viabilidade do empreendimento, realizada ontem na Comissão de Infraestrutura (CI), por iniciativa de Hélio José (PSD-DF).

Diretor-geral interino do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Valter Casimiro Silveira informou que um estudo do órgão avalia a duplicação de 142 quilômetros da rodovia, que passa por uma região de intenso movimento, gerado pelo turismo e por atividades agrícolas.

O diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagens do Distrito Federal, Henrique Ludovice, explicou que o órgão elabora um termo de referência para a contratação futura das obras de duplicação.

A duplicação foi defendida pelo deputado Augusto Carvalho (SD-DF).

— Brasília já tem acesso duplicado na saída para Belo Horizonte, São Paulo, Goiânia. Será que falta poder político das comunidades que moram na região [da BR-080]? — questionou.

Representante do Ministério das Cidades, Ricardo Alvarenga defendeu investimentos em rodovias como forma de oferecer segurança à população.

Administrador de Brazlândia, André Luis Queiroz Rosa disse que a duplicação da BR-080 talvez não seja o fim dos problemas, mas ressaltou que a obra é de fundamental importância para a redução de mortes na região.

Prefeito de Padre Bernardo, Claudiênio disse que a rodovia atravessa toda a cidade. Para ele, a simples criação de acostamentos e terceiras pistas e marginais não resolve os problemas de tráfego intenso na região.

Representante da OAB em Brazlândia, José Severino Dias observou que o aumento do tráfego ocorreu a partir da pavimentação entre Dois Irmãos e Uruaçu, em Goiás.

Presidente da Associação Pró-Desdoberto, Rosany Carneiro destacou que o movimento aumenta de forma expressiva nos finais de semana, uma vez que Brazlândia é hoje o maior polo de turismo rural do Distrito Federal.

Vereador de Padre Bernardo, Arnaldinho destacou que o crescimento agrícola promove um fluxo de veículos “muito superior ao imaginado”.